



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

PRINCIPAIS CAUSAS DO NÃO ASSOCIATIVISMO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA (RS, BRASIL) E ESTRATÉGIAS DE EXTENSÃO

ADRIANO LAGO; PEDRO DE HEGEDUS; JOÃO A. DESSIMON MACHADO; SILMARA FAGAN;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

adrianolago@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do Município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de Extensão

Resumo

Este estudo busca tecer avaliações sobre as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma, RS, Brasil. Inicialmente trabalhou-se com informantes qualificados a fim de construir as afirmações necessárias para a condução da metodologia. De posse das afirmações aplicou-se estas a 32 agricultores familiares de diferentes comunidades de Nova Palma, a fim de buscar a subjetividade dos mesmos. Com os resultados em mãos partiu-se para a análise, contando com o auxílio de um programa estatístico denominado PCQ. Os resultados obtidos apontam a existência de três tipologias de agricultores: favoráveis ao associativismo; não favoráveis ao associativismo; independentes. Baseado nestas tipologias e seus fatores, percebe-se que os agricultores estudados não se associam por: a) características das pessoas (o individualismo; as pessoas que não se adaptam a esta modalidade de trabalho) e b) características das associações (as associações não possuem objetivos claros). Desta forma, procurou-se tecer algumas estratégias de extensão a fim de superar estas causas do não associativismo. Em essência as associações devem possuir objetivos claros, principalmente no que se refere a aspectos econômico, e demonstrar aos agricultores que é necessário trabalharem juntos para alcançar esses objetivos. Evidenciou-se ainda a necessidade das associações interagirem mais com a cooperativa local e com outras entidades de apoio.

1. Introdução

A vida em grupo e a cooperação no sentido mais amplo, como processo e relação social, está na essência do ser humano. Esse aspecto é demonstrado pela vida em comunidades desde

a pré-história, como forma de sobrevivência, através da segurança ou exploração de um território comum e a busca de necessidades básicas como alimento e moradia. Contudo, eram formas de organização primitivas, mas que servem até os dias de hoje como exemplo quando se leva em consideração um objetivo primordial das sociedades, que é a melhoria da qualidade de vida.

Estudos já realizados nos revelam os benefícios e a importância do associativismo, principalmente no setor agrícola, especialmente na agricultura familiar, onde a competitividade individual é reduzida. É na cooperação agrícola, que muitos agricultores buscam auxílio para superar as suas incapacidades individuais de enfrentamento do mercado globalizado. Porém, percebe-se que, apesar dos enormes benefícios do associativismo, o mesmo ainda não é uma prática comum à maioria dos agricultores familiares. Sob esse enfoque, o presente estudo busca avaliar quais são as principais causas do não associativismo ou, do baixo associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. Para isso, utilizou-se uma metodologia inovadora chamada metodologia Q, a qual integra o paradigma qualitativo com o paradigma quantitativo.

O município de Nova Palma/RS, não se caracteriza como um local em que a cooperação não esteja presente, ao contrário, possui um histórico de cooperação e solidariedade reconhecido e demonstrado ao longo de décadas, visto que, segundo Sponchiado (1996), existiram várias sociedades comerciais, como por exemplo: Sindicato Agrícola do Fumo, Sociedade Cooperativa do Álcool, Aguardentes e Derivados, Sociedade Cooperativa do Vinho e Derivados Nova-Palmense Ltda, Sociedade Cooperativa do Fumo e Derivados Rio Soturno Ltda, e já em 1925 a primeira Cooperativa de Comercialização de Produtos Agrícolas. Hoje, tem-se a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda – CAMNPAL, fundada em 1963, e segundo estudos de Vela *et al* (1998), 19 associações, destas apenas duas formais.

Para Sponchiado (1996), essas iniciativas, tiveram o mérito de introduzir um novo e coletivo modo de desenvolvimento, mas tiveram pouca duração, causada pela inviabilidade do negócio e, principalmente, por desconfiança e intrigas entre os associados, que pretendiam o lucro imediato. Isso demonstra, que a primeira tentativa de associativismo entre os agricultores não teve grande sucesso. Mesmo assim, o comércio privado e associativo foram de extrema importância para o desenvolvimento local de Nova Palma, pois formou a base para a criação da CAMNPAL em 1963 e apoiou o agricultor na comercialização.

Sendo assim, considerando-se o número total de propriedades rurais de 1.244, percebe-se que o associativismo em Nova Palma, ainda é muito incipiente apesar do histórico de cooperação. Além disso, pode-se dizer que muito se perdeu em termos de cooperação ao longo dos últimos tempos, principalmente com o processo de modernização da agricultura da década de 70 que estimulou a monocultura.

Em vista disso o presente estudo procurou avaliar as causas do não associativismo entre agricultores familiares daquele município, pois acredita-se que se possa encontrar muitas informações com potencial de orientar a condução de políticas de incentivo ao associativismo.

A pesquisa procura entender as causas do não associativismo, desde a própria perspectiva das pessoas, de uma forma holística. Geralmente, as ciências sociais abordam as pesquisas usando as clássicas enquetes, onde o pesquisador de uma forma ou de outra acaba impondo sua visão. Neste estudo, utilizou-se a metodologia Q, que se caracteriza por uma abordagem metodológica que privilegia o ponto de vista das próprias pessoas e trabalha sobre a base do que elas opinam.

2. Delimitação e caracterização do local de estudo

O município de Nova Palma está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, pertencente à região histórica da 4ª Colônia de Imigração Italiana deste Estado. Suas principais etnias são compostas por descendentes de italianos, alemães e lusos brasileiros, mas inicialmente também foi habitado por índios, cuja presença ficou registrada no município através de grutas, cavernas e objetos que são freqüentemente encontrados como prova da existência desses habitantes.

Hoje o município possui 6.350 habitantes, com 3.646 pessoas no meio rural (IBGE, 2000), distribuídas em 26 comunidades rurais. A construção dessas comunidades é mais um marco do associativismo entre os primeiros colonizadores do município, pois a formação dos centros comunitários requeria uma infra-estrutura, como salões de festas, igrejas, quadras de esporte que foram viabilizados através de mutirões por parte dos membros de cada uma dessas comunidades.

Os agricultores do município estão distribuídos em 1.244 propriedades rurais, onde 656 ou 52,7% do total estão compreendidas entre 11 e 50ha. As culturas com maior área cultivada são respectivamente, soja, milho, feijão e fumo. Nas unidades produtivas entre 20 e 50ha, observa-se uma maior diversificação que além do milho, feijão e fumo contam com citrus, arroz, bovinos, caprinos e a produção de leite que é bastante expressiva no município, chegando a cerca de 14 mil litros por dia (EMATER/RS, 2002).

A agricultura não é somente a atividade mais desenvolvida, mas responsável pela maior parte da arrecadação municipal, cerca de 42%, o que equivale dizer que a economia do município está alicerçada sobre a produção primária.

O município conta com algumas indústrias que são basicamente de alimentos, com destaque para a CAMNPAL, pois a mesma beneficia muitos dos produtos agrícolas tais como, feijão, milho, trigo, arroz, carnes, e outros. Conta ainda com a fábrica de massas alimentícias Fadiolle, o beneficiamento de basalto e a fabricação de móveis, todos utilizando matéria prima local e regional (EMATER/RS, 2002).

2.1. Caracterização dos Sistemas de Produção Agrícola de Nova Palma

Pode-se visualizar os sistemas de produção agrícola do município de Nova Palma, no estudo de Marin (2000), o qual analisou e caracterizou quatro diferentes sistemas de produção. Assim faz-se uma breve exposição de algumas das características de cada sistema, já que, acredita-se que estas características possam explicar resultados encontrados na presente pesquisa.

Sistema de produção agrícola 1:

Três produtos se destacam nesta zona nas últimas décadas: arroz, fumo e pecuária leiteira. O arroz é o produto mais cultivado em função das características do relevo. As unidades produtivas do SPA 1 possuem em média 38,5 hectares, com uma superfície de área útil de 33%, a qual é efetivamente utilizada, sendo o sistema de menor superfície de área útil do município, limitando o aumento da produção. Normalmente a colheita do arroz é realizada com máquinas automotrizes, onde os agricultores que não dispõem do equipamento pagam a um vizinho pela prestação de serviços. Neste sistema, segundo os estudos de Marin (2000), os agricultores pouco participam de associações de máquinas e equipamentos, realizando apenas prestações de serviços entre si (mediante pagamento de percentagem da produção de 8 a 10%), geralmente na colheita do arroz.

Sistema de produção agrícola 2:

Devido aos terrenos declivosos e pedregosos e a possibilidade reduzida de mecanização, ocorreu principalmente o desenvolvimento da cultura do fumo, feijão e pecuária de leite. As

unidades de produção deste sistema possuem em média 29 hectares, 58% deste total cultivados. Os agricultores situados em áreas propícias à mecanização (Centro-sul), praticantes do SPA 2, têm buscado alternativas para aquisição de equipamentos e máquinas, por meio da associação entre si. Constitui-se no sistema de produção que mais realiza essa estratégia, apresentando-se como solução viável à restrição financeira para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

Sistema de produção agrícola 3:

Relevo com áreas planas para a mecanização, permitiu a introdução de culturas como a soja e o milho em maiores áreas, e leite, fumo e feijão em menores áreas. Os agricultores deste sistema possuem em média 83 hectares, com uma superfície de área útil de 78%. O arrendamento de terra é uma das características deste sistema, já que os agricultores mais capitalizados buscam ampliar suas áreas de soja em outras regiões, como áreas do sistema 4 e de outros municípios.

Sistema de produção agrícola 4:

Este sistema tem como característica principal a criação de gado de corte, e mais recentemente está sendo incrementado o cultivo de soja, ou seja, os proprietários tradicionais criadores de gado de corte estão arrendando parte de suas terras para o cultivo de soja e permanecem criando seus animais nas áreas menos aptas para cultura. Outros ainda, estão abandonando a pecuária em prol do cultivo da soja. A área média é de 145 hectares, sendo em torno de 50ha destinadas a cultura da soja e 90 para a criação de gado, utilizando para tanto, em média, três pessoas.

3. Abordagem metodológica

Esse estudo constitui-se em um estudo de caso e a metodologia da pesquisa denomina-se “metodologia Q”. Q foi desenvolvido em 1935 pelo físico e psicólogo inglês William Stephenson (estudante de Charles Spearman, famoso estatístico que desenvolveu a correlação r). A partir de então Q é conhecido, sobre tudo na psicologia e nas ciências políticas, como uma forma de aproximar-se ao estudo do comportamento humano.

As etapas da metodologia são as seguintes: I) levantamento de informações entre informantes qualificados com relação às causas pelas quais os agricultores familiares não se associam em associações de cooperação agrícola; II) síntese da informação recolhida, mediante a elaboração de afirmações que reproduzem o ponto de vista dos informantes qualificados; III) classificação das afirmações por uma amostra de agricultores que não participam de associações, de acordo com a sua particular “subjetividade”, IV) análise das respostas obtidas mediante o uso de um software (PCQ for windows academic edition, version 2000), com o objetivo de obter os fatores significativos, e V) interpretação dos resultados, considerações finais e estratégias futuras.

Q está desenhado especialmente para estudar a subjetividade humana. A subjetividade pode ser entendida como o campo afetivo, composto pelos sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões que as pessoas desenvolvem. Estes elementos se articulam para conformar um sistema através do qual as pessoas analisam o mundo e tomam suas decisões. Roman & Apple, *apud* Alves-Mazzotti (1998), dizem que a subjetividade não pode ser identificada como o que ocorre “na cabeça das pessoas”: na medida em que ela abarca a consciência humana, há que reconhecê-la como assimétrica, isto é, como sendo determinada por múltiplas relações de poder e interesses de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual.

Em conseqüência, o conceito de subjetividade tem de ser discutido em relação à consciência e às relações de poder que envolvem tanto o pesquisador como os pesquisados.

Esse conjunto de elementos, (sentimentos, motivações, atitudes, crenças, e opiniões) é o que a metodologia Q quer fazer “emergir” para que seja visível. E, é neste particular campo onde Q tem vantagens sobre os métodos tradicionais (enquetes com perguntas preestabelecidas, estudos de caso estritamente qualitativos), porque representa uma metodologia com um mínimo de intervenção de “estranhos”, de forma que os riscos de afetar inconscientemente os resultados com a carga de valores desses “estranhos” se reduz.

Por que este campo do domínio afetivo é particularmente importante? O desenvolvimento das capacidades humanas, para que as pessoas possam influenciar seu próprio futuro na direção que entendam mais favorável a seus interesses, representa um dos objetivos básicos da Extensão Rural hoje. As pessoas necessitam desenvolver seu próprio potencial, para que os resultados dos trabalhos da extensão sejam duradouros. Este potencial, somente é alcançado por meio da participação e do envolvimento dos atores sociais organizados, possibilitando a alavancagem das capacidades humanas.

Por meio da participação, que segundo Freire (1988), é uma prática transformadora e libertadora, o que leva o indivíduo a discutir, analisar e assumir atitudes sem as marcas da subordinação, sendo possível o construir juntos. Ao se mobilizarem para construir juntos passam a influenciar o andamento dos acontecimentos, permitindo aos grupos a efetivação e retroalimentação de um processo de educação participativa, o qual com o tempo será capaz de fazer com que abandonem a posição passiva, de subalternidade, para uma posição ativa, onde eles mesmos sejam os agentes de desenvolvimento, criando a capacidade de diagnosticarem e analisarem seus próprios problemas, a capacidade de decidirem coletivamente sobre as ações para solucioná-los, além do desenvolvimento e avaliação de tais ações, isso pode ser resumido como sendo empoderamento.

O empoderamento¹ já não é um meio para alcançar outros fins, é também um fim em si mesmo. Desenvolver este potencial implica em um trabalho integrado das diferentes dimensões: cognitiva (o conhecimento), psicomotriz (as habilidades) e afetiva.

Os aspectos pertencentes ao domínio cognitivo e psicomotriz são geralmente reconhecidos em sua importância, mas os aspectos afetivos são igualmente importantes. Mager (1972, p.14) assinalou que o domínio cognitivo “tem que ver com o que uma pessoa pode fazer, mas o domínio afetivo com o que vai fazer”. Em conseqüência, conhecer esse “mundo” é chave para quem trabalha com pessoas em extensão rural.

A única maneira de conhecer realmente essas visões, esse entorno psico-emocional (ou seja, a subjetividade ou domínio afetivo) é desde o ponto de vista das pessoas as quais a extensão procura trabalhar. Embora este discurso exista e esteja presente na ideologia da extensão e das organizações, muitas vezes não é praticado. Ou seja, se insiste em conhecer as visões dos agricultores desde o ponto de vista externo (com métodos qualitativos ou mediante as clássicas enquetes). Por outro lado, a metodologia Q empodera as pessoas (o procedimento operativo é empoderador) porque as pessoas participam ativamente para que as suas visões se revelem em uma forma que é própria delas e que adquire, para elas, um significado funcional relevante (Brown, 2003). As visões se desenvolvem desde o ponto de vista das pessoas,

¹ Em inglês “empowerment”, o “capacity building”. Empoderamento, pode ser entendido como um enfoque que procura o desenvolvimento de capacidades nas pessoas e nas organizações, o fortalecimento para que possam estar em condições de construir o futuro na forma mais apropriada a seus interesses. Termo chave relacionado é o de “capital social”. O capital social implica estas dimensões: i) a existência de um clima de confiança entre os membros de uma sociedade, ii) a riqueza do tecido social de uma sociedade e o nível de participação, iii) as atitudes em aspectos de interesse coletivo (consciência cívica) e iv) os valores predominantes. Ver B. Kliksberg, Hacia una economía con rostro humano. Segunda edición. Fondo de Cultura Económica, Oficina de Planificación do Sector Universitario (OPSU), Universidad de Zulia, Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt. 2002, p. 98.

respeitando suas próprias palavras, e revelam como as mesmas percebem o mundo desde “sua” realidade, com seus olhos, seu coração e sua mente.

Se o desejo é começar com a realidade existente, conhecer os problemas e necessidades, e as expectativas da população, Q é especialmente apropriado (exemplo, em um diagnóstico). Durante a execução, saber se as expectativas estão sendo incorporadas à implementação, e ao terminar a execução, saber se as pessoas estão verdadeiramente empoderadas, é de fundamental importância. A extensão cria oportunidades para o empoderamento (serviços básicos, melhoramento da gestão municipal, desenvolvimento de mercados, etc.), mas estas oportunidades são externas às pessoas. São necessárias, mas não suficientes. As pessoas devem aproveitar as oportunidades para que se gere o empoderamento. Q pode contribuir de forma significativa para revelar se essas oportunidades foram “apropriadas” para a população (Brown, 2003). O empoderamento é um conceito que deve ser entendido desde as pessoas, não pode ser abordado “externamente”. Os agricultores pobres, e suas famílias, não sabem, muitas vezes o que é empoderamento, mas seguramente conhecem o significado através de suas próprias estruturas de pensamento.

Como Q torna visível esta dimensão afetiva? Aqui há uma característica essencial da metodologia: Q trata de entender o ponto de vista holístico da pessoa, e como essa visão coincide com a de outras pessoas. Neste sentido, Q é uma metodologia de análise sistêmica que considera a pessoa como uma totalidade, não reduzindo a análise a determinadas características².

A subjetividade de uma pessoa pode ser entendida como um sistema complexo formado por atitudes, crenças e valores. Constitui o marco de referência, através do qual os seres humanos definem e expressam seu próprio mundo. A complexidade significa que há elementos desse sistema que podem não ser conhecidos, e que há relações entre os mesmos que se ignoram. Adicionalmente, nenhum desses elementos pode ser compreendido se for considerado isolado dos demais. Q permite tornar visível esses elementos e as relações que existem entre eles por meio da classificação (“Q sorting”) que cada pessoa efetua. Não são características isoladas as que emergem, é o “todo” organizado, com um significado que é específico a essa pessoa, e que pode ser interpretado porque não é uma característica isolada que está sendo tratada, mas sim o todo.

Q se localiza no campo do paradigma qualitativo. Segundo Nirenberg, *et al* (2000, p.82) a avaliação qualitativa se caracteriza entre outros por privilegiar: “o entender (mais que o explicar); o ponto de vista dos atores (mais que o dos avaliadores); e a captação e compreensão de atitudes, condutas, valores e motivações internas (mais que os aspectos “objetivos”, observáveis, facilmente medíveis)”.

Para Baeta Neves e Corrêa (1998) a pesquisa qualitativa tem como objetivo a compreensão e a reconstrução da realidade social, especialmente a reconstrução dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações sociais e a reconstrução de estruturas de ação.

Deixa-se explícita esta vinculação aos efeitos de entender a lógica geral de Q. Isto não significa que se adere a um paradigma em particular (o qualitativo) por considerá-lo superior (ao quantitativo). O debate entre avaliação qualitativa e quantitativa está superado na atualidade. Métodos quantitativos e qualitativos não são mais vistos como procedimentos de investigação excludentes, mas como alternativas que se complementam no campo da pesquisa social empírica (Baeta Neves e Corrêa, 1998).

Demo (2001, p.7), afirma que:

² A abordagem tradicional procura a partir de uma característica em particular prever o comportamento da pessoa. Por exemplo, a altura da mulher é o que determina se ela compra sapatos de salto. Se diria que as mulheres altas não usariam sapatos com salto.

“a pesquisa quantitativa deixa de fora o que seria mais relevante a saber, a qualidade do engajamento associativo. Mesmo assim pode-se farejar nas entre linhas das quantidades, respingos qualitativos. Na quantidade pode-se perceber qualidade, porque uma não contradiz a outra, mas dela faz parte. Levantamentos empíricos não precisam ser empiristas. Seriam empiristas se admitissem que a realidade toda poderia ser reduzida a suas faces mensuráveis. A metodologia clássica tende a preferir o que é mensurável na realidade, por conta do apego formalizante, mas hoje é facilmente reconhecido que este reducionismo é profundamente deturpante, bem como não é possível captar a qualidade sem recursos quantitativos”.

No entanto, a integração se faz tradicionalmente utilizando diferentes métodos e técnicas em uma avaliação (exemplo, enquête e estudo de caso). Defende-se a utilização da metodologia Q por julgar que ela é capaz de integrar ambas as análises (qualitativa e quantitativa), atuando como uma ponte que une o melhor de ambas as tradições.

O método de avaliação ao qual se associa Q é o Estudo de Caso (EC), o qual, é preferentemente utilizado dentro da estratégia qualitativa. Para Yin (1989), o estudo de caso procuraria responder questões do tipo, como e por que, ou seja, o investigador já tem uma idéia geral do que está acontecendo, ele já sabe quais decisões são tomadas, e quer saber como e por que elas são tomadas. As amostras Q de pessoas são amostras de pequeno tamanho. A seleção de pessoas se realiza por motivos teóricos (as pessoas são eleitas porque podem aportar valiosa informação) ou por razões de conveniência (porque estão a fácil disposição da equipe avaliadora). Segundo Yin (1992), EC é um método adequado para fazer avaliações porque permite: ter em conta o contexto; utilizar informação qualitativa ou quantitativa; avaliar resultados, tanto esperados como não esperados, e também o processo; formar novas hipóteses, e desenvolver novas idéias generalizáveis a campos científicos do conhecimento.

Existe a tendência de crer que EC descansa exclusivamente em técnicas qualitativas para coletar e analisar a informação (Yin, 1989). Em Q a coleta de informações tem um caráter qualitativo, entretanto, a análise da mesma é quantitativa. Implica análise fatorial mediante um software especialmente desenvolvido (PCQ for windows, versão 2000). Esta combinação inovadora é o que dá a Q uma excelência para analisar as subjetividades que existem nos estudos de todo tipo de situações onde haja pessoas interagindo.

As técnicas requerem instrumentos adequados para sua instrumentação operativa. Os instrumentos que Q emprega para coletar as informações são: i) pauta de perguntas para informantes qualificados para desenvolver o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação (“concourse”); ii) elaboração de afirmações (“statements”) em formato de tarjetas; e iii) grade para anotar respostas.

4. O não associativismo entre agricultores familiares de Nova Palma

Previamente à apresentação dos resultados, faz-se necessária uma rápida exposição da forma como foi conduzida a presente pesquisa, procurando seguir os objetos e a metodologia proposta. Primeiramente, elegeu-se uma amostra de oito informantes qualificados, com o objetivo de levantar o universo de idéias em relação ao objetivo da avaliação e assim, construir as afirmações necessárias para desenvolver a metodologia proposta. Estas afirmações foram classificadas por 32 agricultores espalhados por 14 comunidades rurais do município, procurando abranger os quatro sistemas de produção existentes. Os agricultores foram escolhidos com base na indicação de informantes qualificados em cada comunidade, tendo como critério estabelecido, não participar em associações de cooperação agrícola, além

de ser agricultor familiar.

O trabalho de campo foi desenvolvido durante os meses de setembro e outubro do ano de 2003.

De maneira geral os resultados são apresentados de forma a explicar a análise prévia que segue: no presente estudo encontra-se três tipologias de agricultores, os agricultores pertencentes à tipologia 1 são favoráveis ao associativismo, com certa variabilidade entre eles, representados pelos fatores A, C, E e B. Já, os pertencentes a tipologia 2 não são favoráveis ao associativismo e são representados pelos fatores G e H. Existe ainda, a tipologia 3 que apresenta os agricultores independentes ou ditos “encima do muro”, representados pelo fator D.

O que define que um agricultor pertença a uma tipologia é sua posição em relação ao associativismo, ser favorável ou não. Por exemplo, na tipologia 1 e 2 encontra-se 6 fatores, os quais são definidos pela posição de afirmações favoráveis ao associativismo dentro da grade de classificação analisadas por meio do programa PCQ.

No entanto, o fato de acreditar no associativismo não quer dizer que esse agricultor seja associado a alguma associação, apenas o define como um pró-associativista, mas que por alguma causa não se associa. Por exemplo, um agricultor do fator A, é favorável em sua estrutura mental ao associativismo, não se associa por causas que constituem o objetivo do estudo.

A análise dos resultados é efetuada levando em conta as informações que provêm: das perguntas que estão contidas em cada grade, reforçadas pelas informações já existente de cada sistema de produção e das saídas do programa, comparando, para cada fator, quais são as afirmações extremas que o define (-4, -3 e +3, +4).

4.1 Resultados da análise fatorial

Das entrevistas realizadas surgiram 32 afirmações. As mesmas foram utilizadas para fazer a classificação Q a 32 indivíduos. Deste total, 8 eram agricultores pertencentes ao sistema 1, 8 ao sistema 2, 8 ao sistema 3 e 8 ao sistema 4.

De posse das grades devidamente preenchidas, trabalhou-se os dados no programa de computador para assim extrair a análise fatorial, uma vez realizada essa análise e obtido os fatores originais, procedeu-se a aplicação dos métodos de rotação, a fim de obter o maior ajuste para os dados; isso permite que as pessoas tenham a máxima correlação possível com o fator ao qual pertencem, e que as correlações entre os fatores sejam as mínimas possíveis, a rotação então facilita a interpretação dos resultados.

Neste estudo, foram utilizados os dois métodos mais amplamente adotados pelos investigadores Q, a *Rotação Aplicada* e a *Rotação Varimax*. A rotação varimax procede de acordo a critérios matemáticos, a rotação aplicada procede de acordo com critérios estabelecidos pelos pesquisadores ou avaliadores (por exemplo, rotar por sistemas, como foi utilizado neste estudo). A rotação varimax tem menos flexibilidade que a rotação aplicada.

Como referido anteriormente, neste estudo foram empregados ambos os métodos, porém, sempre se recomenda antes de usar a rotação aplicada fazer a rotação varimax, com o objetivo de comparar as mudanças que a rotação aplicada pode estabelecer. Muitas vezes, os resultados são similares, conforme o que ocorreu neste estudo.

A rotação aplicada, neste caso, foi efetuada utilizando os sistemas de produção como critérios básicos para efetuar a rotação, sendo os resultados muito semelhantes à rotação varimax.

Os sete fatores resultantes incluem 26 dos 32 participantes originais, 81% do total, o que se considera um resultado muito positivo, já que, a bibliografia sugere em geral que 60% a 70% se constitui em fatores (Fairweather, 2001). Esses fatores explicam os 80% da

variabilidade presente na matriz de correlações de 32x32 obtida. Os outros seis agricultores entrevistados não apresentam correlação com nenhum destes sete fatores. Isso significa que 80% da variabilidade do comportamento dos indivíduos é atribuído aos sete fatores determinados.

4.2 Tipologia 1: Favorável ao associativismo

Os quatro fatores (A, C, E, B) que se apresentam são favoráveis, com algumas diferenças, ao associativismo. Possivelmente o A crê “mais” e o B “menos”, dentro deste espaço favorável ao associativismo. Crer menos deve ser entendido como que o associativismo é visto desde uma perspectiva realista, admitindo que não pode solucionar todos os problemas, nem depende do governo. Os Sistemas que aparecem representados nesta tipologia são essencialmente o 4, o 3 e o 1.

De maneira geral a lógica desta tipologia pode ser assim apresentada, o fator A está mais preocupado com a eficiência das associações em poderem gerar dinheiro a partir do trabalho em conjunto. Em outras palavras, evidencia uma visão econômica da associação. Já os fatores C e E estão mais preocupados em interagir com entidades de apoio e a cooperativa, ou seja, apresenta uma visão mais social. A eficiência das associações se obtém aqui por uma maior interação entre organizações.

Por outro lado, o último fator (B), pode ser visto como uma transição entre a tipologia favorável e não favorável, com maior tendência à participação.

Tais análises tomam como base as afirmações que seguem, bem como a descrição geral dos fatores.

Esta tipologia faz ênfase em:

- Se demonstrarmos que trabalhando juntos ganhamos dinheiro, os agricultores participariam mais nas associações;
- Se os objetivos são claros as associações solucionam muitos problemas;
- As associações não podem solucionar todos os problemas;
- As associações possuem má fama, mas é um exagero dizer que não servem.

Fazer ênfase a estas afirmações quer dizer que, as mesmas aparecem em mais de um fator pertencente a esta tipologia.

A visão desta tipologia, é que os agricultores consideram as associações como empresas econômicas, devem gerar lucro (ganho financeiro). Obviamente devem então ter objetivos claros, formulados nesta linha de trabalho. A má fama das associações pode relacionar-se ao fato delas não servirem desde o ponto de vista econômico. Se as associações solucionam esses aspectos, então servem, e as pessoas participariam mais das mesmas.

Esta tipologia dá ênfase em que não crêem que:

- O associativismo não dá certo;
- Quem tem que organizar as coisas é o governo, não depende de nós.

Esses resultados são coerentes com os anteriores, já que, a visão empresarial dessa tipologia se reafirma no feito de que o associativismo serve e depende das próprias pessoas.

Na tentativa de explicar os motivos pelo qual aparecem representados os sistemas 4, 3 e 1 nesta tipologia, pode-se, baseado nas afirmações enfatizadas acima, dizer que, se está diante das características de agricultores com uma visão mais capitalista e convictos da realidade que os move, já que, a participação depende do maior ganho financeiro, objetivos claros, e adicionalmente que as associações não solucionam todos os problemas. Na realidade externada, nesses sistemas encontram-se os agricultores mais capitalizados.

A lógica desses sistemas inclui o entendimento do associativismo como importante para os agricultores, no entanto, segundo as afirmações dos agricultores entrevistados, é necessário a demonstração de ganhos financeiros para que os agricultores se associem.

Outro fator que se confirma é a escolaridade como determinante da participação em associações, já que, é nos sistemas 1, 3 e 4 que encontra-se a maior média de anos de estudo, ao mesmo tempo que possuem maior entendimento do associativismo.

4.3 Tipologia 2: Não associativista

Os dois fatores (G, H) que se apresentam não são favoráveis ao associativismo. Não há matizes de diferença nesta atitude. O sistema que aparece representado em essência é o dois.

Acredita-se que neste sistema, por ser composto pelos menores agricultores familiares do município, há uma maior influência de programas governamentais de fomento ao associativismo, que em sua maioria possuem um histórico de projetos precipitados, não obtendo sucesso. Por isso, o associativismo não é visto com muita credibilidade, mesmo sendo, segundo estudos de Marin (2000) o sistema com a maior presença de grupos associados. O que ocorre é que a necessidade momentânea e as oportunidades de programas do governo os obriguem a formar associações, mas, assim que seja possível, cada qual se torna individual.

Além disso, ocorre nesse sistema uma grande influência de relações parentais e de vizinhança, no empréstimo de máquinas, equipamentos, e até na troca de mão-de-obra, que de certa forma se caracteriza como associativismo, mas que não é visto como tal pelos agricultores envolvidos, já que não possuem regras e objetivos claros como em uma associação mais formal.

Esses fatores fazem ênfase em:

- O associativismo não dá certo.
- Já me associei, mas depois que consegui o que eu queria caí fora.
- Para que formar associação se nunca necessitamos.

Mais que questionar o associativismo, esses fatores entendem que não tem necessidade de “usá-lo”, e se existe essa necessidade, logo que utilizam os serviços, “caem fora”.

4.4 Tipologia 3: “Independente”

Esta tipologia é a mais difícil de interpretar. Em essência é mais próxima a associar-se, mas apresenta ambigüidades ou contradições nesta atitude.

A ambigüidade pode ser observada analisando a afirmação 31 (-3) e a afirmação 25 (+4). Por um lado, falam que não há entendimento, por outro, que não há problemas (desvio de dinheiro, maior proveito de alguns associados). Este fator apresenta certos pontos de contato com o último fator da tipologia um.

O fator D apresenta dois agricultores que pertencem ao sistema 4, e explica 7% da variação. É o único que apresenta um item que o distingue do resto, o item 25, que lhe dá a máxima hierarquia positiva. Não apresenta correlação significativa com nenhum dos outros fatores, o que lhe torna bastante especial.

Essas características do fator D, de ser o único que não apresenta correlações e que, além disso, possui uma afirmação que o diferencia dos demais, são características desejáveis aos efeitos de diferenciar fatores.

5. Elementos para uma estratégia de extensão

Busca-se, a partir dos resultados obtidos extrair conclusões e recomendações para desenvolver estratégias de extensão. As mesmas se relacionam com favorecer a participação dos agricultores nas associações. Ou seja, propor estratégias para superar as causas do não

associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. No quadro 01 apresenta-se para cada tipologia, a provável razão de não participação, e alternativas de ação (pontos chaves da estratégia).

Quadro 01 - Razões para não participar e estratégias de ação por tipologia.

Tipologia	Razões para não participação	Pontos chaves da estratégia
1) Favorável ao associativismo (A, C, E, B)	<p>a) <u>Características da personalidade das pessoas:</u> O individualismo; as pessoas que não se adaptam a esta modalidade de trabalho;</p> <p>b) <u>Características do funcionamento das associações:</u> As associações não possuem objetivos claros.</p>	<p>Demonstrar para os agricultores que o processo associativo possui vantagens econômicas para eles.</p> <p>Trabalhar junto procurando:</p> <p>a) que as associações tenham objetivos claros relacionados com aspectos econômicos; b) interagir com a cooperativa local e buscar outros apoios.</p>
2) Não favorável ao associativismo. (G, H)	<p>a) <u>Características da personalidade das pessoas:</u> Não sentem a necessidade de formar associação; Não acreditam que o associativismo possa dar certo. Quando desenvolvem uma conduta de participação é de forma transitória (após conseguirem o que queriam saem). Transferem para o governo a responsabilidade sobre sua organização.</p>	<p>Já que não são favoráveis ao associativismo há que pesquisar as necessidades que possuem estes agricultores e ver se associações podem atender as mesmas.</p>
3) Independente (D)	<p>O individualismo das pessoas e os conflitos que existem nas associações.</p>	<p>Utilizar estratégias similares à tipologia 1.</p>

A estratégia de extensão deve ser focalizada, a começar pela tipologia 1, que é a mais favorável ao associativismo. Pois, é a única tipologia que possui em suas respostas elementos concretos para desenvolver a estratégia, além de mencionar aspectos do funcionamento das associações que deveriam mudar para seu melhor funcionamento.

Ao desenvolver a estratégia para a tipologia 1, é provável que pessoas cujas visões sejam pertencentes a tipologia 2 ou três, possam ser “incluídas” e começar a participar em associações. A pressão social atuará como uma motivação adicional. Mas, a estratégia para a tipologia 1 possui limites, ou seja, nem todos os agricultores das outras tipologias vão participar. Aqueles que não sentem os aspectos econômicos como determinantes não

participarão. Por isso, é necessário novas pesquisas para determinar as necessidades que esses agricultores apresentam, e ver que serviços podem desenvolver as associações para satisfazer essas necessidades.

6. Considerações finais

As considerações finais aqui apresentadas, não possuem a pretensão de esgotar o assunto, nem ser verdade absoluta, mas sim contribuir com o tema proposto.

No entanto, o presente estudo tem pretensão ao propor estratégias de ação para superar as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma. Neste sentido, faz-se a pergunta: Com que tipologia será mais favorável começar o trabalho de extensão? Pelo estudo desenvolvido, julga-se que certamente com aquelas que sentem a necessidade de que existam as associações, porque sabem que as mesmas se formam para solucionar problemas, mas não todos (tipologia 1 e 3). A tipologia 2 será a mais difícil de abordar porque não está convencida da utilidade das associações. Justamente é a que reclama para que o governo as organize, e ainda assim, os agricultores participariam de forma parcial, pouco comprometida, somente para satisfazer necessidades do momento.

A lógica da tipologia 1, resumidamente se caracteriza pelo seguinte: “juntos podemos”, apesar de que o individualismo é um problema, depende de nós basicamente (e dos apoios que se pode conseguir se nos organizamos); possuem uma finalidade econômica. Já a lógica da tipologia 2, segundo os agricultores: as associações não beneficiam nem dão certo; então, para que formar via agricultores? Que o governo o faça; possuem uma finalidade utilitária (conseguir o que quer e abandoná-la). Por outro lado, a lógica da tipologia 3 leva às seguintes considerações: as associações servem, apesar do individualismo e dos conflitos que são gerados; tem sentido que os agricultores as formem; possuem uma finalidade econômica e social.

Um ponto importante para planejar a estratégia de atuação é o que se relaciona com a importância que cada uma destas tipologias de fatores possui no conjunto dos agricultores do município. Ou seja, quantos agricultores correspondem à tipologia 1, 2, e 3. Desta maneira se obtêm a relevância de cada grupo no conjunto maior, e isso sem dúvida condiciona a estratégia de extensão. A tais efeitos se deveria fazer uma enquete utilizando informações desse trabalho para poder identificar a relevância de cada grupo. Esta tarefa é uma das recomendações que surgem da presente avaliação, como futura linha de trabalho.

7. Bibliografia

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Estudo da situação do município de Nova Palma - RS.** Nova Palma. 2002. p.1-20 “não-paginado”. mimeografado.

BAETA NEVES, C. E. & CORRÊA, M. B. (Org.). **Pesquisa social empírica:** métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia/Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. v.9, 1998. p.7-9

BROWN, S. R. **Empowerment as subjective operant**. Encontro sobre medição de empoderamiento. Conferencia efectuada en el Banco Mundial en 4-5 de febrero de 2003. Washington DC.

DEMO, P. **Cidadania Pequena: fragilidade e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (coleção polêmicas do nosso tempo; 80).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo da população 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em : 10 de mai. 2001.

FAIRWEATHER, J. R. **Factor stability, number of significant loadings, and interpretation**: Evidence form three studies and suggested guidelines. Operant Subjectivity. 2001. p.37-58.

MAGER, R. F. **Goal analysis**. Belmont, California: Fearon. 1972.

MARIN, M. Z. **As transformações no espaço agrário e seus reflexos na agricultura familiar e na sustentabilidade ambiental em Nova Palma, RS**. 2000. 205f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

NIREMBERG, O.; BRAWERMAN, J.; RUIZ, V. **Evaluar para la transformación**: Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales. Buenos Aires: Paidós, 2000. 224p.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & Quarta Colônia**: Nova Palma & Pe. Luizinho. Santa Maria: Palotti, 1996. 352p.

VELA, H., NEUMANN, P., LAGO, A. OLIVEIRA, A. E. de, PELLEGRINI, G. Caracterização das associações de agricultores da região do COREDE – Centro / RS. **Revista Perspectiva Econômica**, v.35, n.111, 2000. p.95-110.

YIN, R. K. **The case study method as a tool for doing evaluation**. Current Sociology, 40 (1), 1992. p.121 – 137.

YIN, R. K. **Case study research: Design and methods**. Newburry Park, CA: Sage Publications. 1989.